

Introdução

As obras de Norbert Elias tornaram-se mais acessíveis ao leitor de língua portuguesa na década de 1990, quando foram publicados entre nós seus principais livros:¹ *O processo civilizador* – vols. 1 e 2;² *A sociedade dos indivíduos*; *Mozart: sociologia de um gênio*; *Os alemães*; *Os estabelecidos e os outsiders*; *A sociedade de corte*; *Norbert Elias por ele mesmo*. A partir de então, Elias tem se tornado um autor cada vez mais lido, comentado e citado.

Não é raro encontrar obras sobre Elias que abordem não apenas sua produção teórica mas também sua biografia. Um ponto em especial incomoda muitos daqueles que reconhecem sua importância no campo das ciências humanas: considerando-se que seu primeiro livro, *O processo civilizador*, foi publicado em 1939, por que seu reconhecimento como intelectual veio apenas cerca de três a quatro décadas mais tarde?

Foram poucos que efetivamente leram a edição publicada em 1939. Como lembra Mennell (1998, p. 3), aquela realmente não era uma boa hora para o lançamento de um

livro escrito em alemão por um judeu e que, sobretudo, falava sobre civilização.³ A importância do livro foi reconhecida apenas em 1969, quando foi feita uma reimpressão d'*O processo* em alemão, seguida da publicação, também em alemão, do *A sociedade de corte* e do *Introdução à sociologia*.⁴

Em *Norbert Elias por ele mesmo* (2001b), o autor conta um sonho recorrente, o de que estava ao telefone e a voz, do outro lado do fio, pedia para que falasse mais alto, pois não conseguia ouvi-lo. Apesar de Elias começar a gritar, a voz continuava a pedir para que falasse mais alto, pois ainda não conseguia ouvi-lo. Alguns autores já comentaram essa passagem do livro (por exemplo, Garrigou e Lacroix [2001]; Heinich, [2001]), encontrando razões para esse fantasma que assombrava Elias. Os problemas enfrentados no início da carreira e o conseqüente desconhecimento a que foi relegado por algumas décadas são razões plausíveis para justificar o sonho. Não pretendo entrar nessa discussão; objetivo, ao contrário, contribuir para que Elias se faça ouvir.

A obra de Elias deixou uma herança riquíssima para as ciências humanas em geral,

* Este texto, devidamente adaptado, foi escrito como parte de minha tese de doutorado (Landini, 2006). Devo agradecimentos especiais a duas pessoas. Maria Helena Oliva Augusto, minha orientadora de mestrado e doutorado, pela amizade, carinho, confiança e incentivo para levar à frente a discussão da sociologia de Norbert Elias. Stephen Mennell, meu orientador durante o estágio de doutorado na University College Dublin, por me ensinar muito do que sei sobre Elias. Agradeço também ao Eric Dunning e ao Cas Wouters, pela disposição com que compartilharam comigo seu vasto conhecimento.

e para a sociologia em particular. Seu reconhecimento pode ser facilmente percebido nas citações de suas obras, abundantes nos trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com especial destaque para *The civilizing process* (2000). Dessa obra, são extraídos exemplos a respeito do comportamento humano, dos costumes do dia-a-dia, exemplos esses que nos fazem rir e corar de vergonha ao mesmo tempo, nos causam nojo, aversão e identificação. Contudo, talvez Elias ainda não esteja se fazendo ouvir com propriedade.

Considero que um ponto em especial merece uma análise mais detida: seu olhar para a sociedade. Em específico, levanto uma questão que não me parece clara o suficiente para aqueles que têm contato parcial com seus trabalhos: quais são os princípios básicos de sua sociologia? Ou, de forma mais enfática: o que é fazer uma pesquisa seguindo a tradição eliasiana? Quais são seus princípios fundantes?

Princípios da Teoria Eliasiana

Considerando que *The civilizing process* (2000) é reconhecido como a obra magna de Elias, iniciarei este texto com uma leitura desse livro, objetivando menos resumir seus dados e conclusões do que realçar seu olhar sobre a sociedade. Logo no início da obra (p. IX), Elias propõe o seguinte problema, a princípio bastante simples: se uma pessoa que vive em nossa época fosse transportada até tempos passados em sua própria sociedade, certamente veria um modo de vida muito diferente do seu, alguns costumes provavelmente lhe causariam asco, enquanto outros lhe causariam curiosidade e até atração; concluiria, então, que essa sociedade do passado não era “civilizada” no mesmo sentido e no mesmo grau que a sociedade ocidental moderna. Apesar de o problema ser bastante

simples, as perguntas correspondentes a essa situação – como se deu essa mudança? em que consiste? quais são suas forças motrizes? – não comportam uma resposta rudimentar. São essas perguntas que *O processo civilizador* procura responder.

O livro está dividido em quatro partes. Na primeira, Elias examina os diferentes significados da palavra civilização, na Alemanha e na França, ou seja, os significados atribuídos por cada uma dessas culturas, sua definiçãoêmica. Precursor do conceito de civilização, o conceito de civilidade, utilizado primeiramente na França do século XVI, mas também na Inglaterra, na Itália e na Alemanha, demarcava o comportamento da corte, explicitando as barreiras sociais entre esse grupo e o restante da sociedade. Na Europa do século XIX, o conceito de civilização possuía dois significados: em primeiro lugar, era o conceito utilizado pela corte para opor-se ao barbarismo e, em segundo, transmitia a idéia de um processo com um objetivo,⁵ envolvendo o refinamento do comportamento social e a pacificação interna do país. Nas palavras de Elias, o conceito de civilização

[...] expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais (Elias, 2000, p. 5).

Ao buscar a definiçãoêmica, o autor questiona a crença no progresso e na “civilização” européia; ou seja, em vez de aceitar

essa convicção e incorporá-la em sua obra, percorre o caminho oposto, problematizando a própria definição. Dito de outra forma, busca entender o conceito de civilização – assim como o de civilidade e cortesia – relacionando-o ao desenvolvimento da sociedade na qual é utilizado. É importante enfatizar a questão da *relação* entre o conceito e o desenvolvimento da sociedade: seu objetivo não se esgota em traçar as mudanças do conceito; antes, procura entender as sociedades que lhe deram forma, o que será feito nas partes seguintes da obra.

A segunda parte do livro busca mostrar transformações nos costumes, abarcando mudanças nas maneiras associadas à mesa, à forma de comer, atitudes em relação às funções corporais, comportamento no quarto de dormir etc. Partindo de fontes de dados diversas, tais como literatura, pintura, documentos históricos, mas, principalmente, livros de boas maneiras, Elias novamente inicia a reflexão a partir da definição, ou seja, da forma como pessoas de diversas épocas entendiam um determinado comportamento, para dali chegar ao comportamento propriamente dito. A fim de compreender o que veio a ser considerado “civilizado”, volta aos conceitos anteriores, *courtoisie* e *civilité* (civilidade). A questão que se propõe a responder é *como e por que* a sociedade ocidental passou de um padrão para o outro, do padrão de civilidade para o de civilização (*Idem*, p. 51).

Erasmus de Rotterdam é o autor escolhido para explicitar a sociogênese do conceito de civilidade. Em seu livro *Sobre civilidade nas crianças* (*De civilitate morum puerilium*), dedicado ao filho de um nobre, Erasmus discute as boas maneiras, retrabalhando o conceito de civilidade. O interesse de Elias é estabelecer que os preceitos contidos no trabalho de Erasmus são incorporações da estrutura mental e emocional da classe alta secular da Idade Média⁶ (Fletcher,

1997, p. 12). Os livros de boas maneiras não são, portanto, objetos de estudo em si, mas, por meio deles, o autor busca obter informações sobre a estrutura mental e emocional da época.

A partir da análise dos diversos tópicos levantados, ele mostra que as mudanças nos costumes não ocorrem aleatoriamente, mas seguem uma direção: um aumento no sentimento de vergonha e repugnância, em concomitância com uma maior tendência a esconder, nos bastidores da vida social, aquilo que as causa. O que o autor aponta, a partir de exemplos corriqueiros ou cotidianos, é a relação existente entre a dinâmica psicológica (o sentimento de vergonha e repugnância) e a dinâmica social (explicitada nas noções de refinamento e civilização), ou, de forma a enfatizar um dos conceitos mais importantes desenvolvidos por ele, a relação entre a dinâmica social e a *estrutura da personalidade*. Em suas próprias palavras:

Em conjunto com a crescente divisão do comportamento entre o que é e o que não é permitido no espaço público, a estrutura psíquica das pessoas também se transforma. As proibições presentes nas sanções sociais são reproduzidas nos indivíduos como auto-controle. A pressão por restringir os impulsos e a vergonha sociogenética que a acompanha – ambas são incorporadas como *habitus* tão completamente que não podemos resistir a elas mesmo quando estamos sozinhos, na esfera íntima (Elias, 2000, p. 160).

O termo *habitus*, normalmente associado a Bourdieu, é também utilizado por ele referindo-se tanto ao *habitus* individual como ao social – o último constituindo o terreno no qual crescem as características pessoais e significando basicamente “segunda natureza” ou “saber social incorporado”. O conceito de segunda natureza, para Elias, não é de forma

alguma essencialista. Muito pelo contrário, é utilizado pelo autor para superar os problemas da noção de “caráter nacional” como algo fixo e estático. O *habitus* muda com o tempo exatamente porque “as fortunas e as experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se” (Dunning e Mennell, 1997, p. 9).

O que está em jogo quando falamos na motivação da mudança (ou seja, por que há mudança) é que, em relação aos costumes, a transformação ocorre a partir da dinâmica das classes sociais. A fim de distanciar-se das outras classes sociais, a classe superior cria novos padrões de comportamentos, padrões esses que, com o passar do tempo, são adotados pelas outras classes. Em outras palavras, fica muito parecido com o que veio a ser chamado por Bourdieu (Ortiz, 1994) de distinção. Entretanto, Elias toca em um ponto relevante, que o diferencia do autor francês: com o passar do tempo, os novos padrões de comportamento deixam de ser conscientes para tornarem-se uma segunda natureza – é a essa segunda natureza que se refere quando fala em mudanças na estrutura da personalidade.

À noção de mudanças na estrutura da personalidade adicionamos um outro ponto relevante a respeito da direção do processo da civilização: o auto-controle passa a ter um papel cada vez mais importante, em detrimento da necessidade de um controle externo. Nas palavras do próprio autor, ao longo do processo da civilização, ocorre uma mudança na balança entre controle externo e auto-controle, em favor do último.

Passamos agora à terceira parte do livro – “Feudalização e a formação do Estado”. Não é possível deixar de lembrar a definição de Weber do Estado moderno, aquele que tem o monopólio da violência legítima. A esse conceito, Elias adiciona a questão do monopólio da arrecadação dos impostos. Ainda

mais importante, nessa longa análise, compreendendo um período anterior à Idade Média até os séculos XVI e XVII, mostra o *processo* de formação do Estado moderno. No primeiro período, chamado de “primeira época feudal”, predominaram forças centrífugas, ou seja, a tendência era a desintegração dos reinos, formando pequenos territórios comandados por um poder central enfraquecido. Na “segunda época feudal”, predominaram forças centrípetas, quer dizer, a tendência foi a aglomeração e a formação de unidades mais extensas, dominadas por um poder central cada vez mais forte.

O mais interessante, entretanto, é a relação entre a formação do Estado e as mudanças na estrutura da personalidade, quer dizer, a relação entre essa terceira parte do livro e a segunda, que trata dos costumes. O ponto de ligação pode ser encontrado no penúltimo capítulo da segunda parte (“Sobre mudanças na agressividade”) – é aqui que Elias nos mostra a conexão entre a estrutura social e a economia dos afetos. Em uma sociedade com o poder central fraco, não há nada que force as pessoas a se conterem. Por outro lado, se o poder central cresce e as pessoas são *forçadas a viver em paz umas com as outras*, a economia dos afetos também muda paulatinamente, passando a existir uma identificação maior entre elas, além de ataques físicos passarem a ser restritos àqueles que representam a autoridade central ou, em casos excepcionais, àqueles que lutam contra inimigos, internos ou externos, em épocas de guerra ou revolução (Elias, 2000, p. 169). Em outras palavras,

[...] reivindicando o monopólio da violência, o Estado monárquico impõe a repressão da violência privada e difusa, principalmente por meio das regras de manutenção da vida de corte, um modelo de autocoesão, de domínio das emoções, de ocultação do corpo e das funções orgânicas (inculcando o

senso de pudor) que reestrutura a personalidade. Ele estimula o espírito de estratégia e de dissimulação para obter os favores do príncipe num dispositivo de poder em que a concorrência entre indivíduos é eufemizada, desmilitarizada e fixada sobre os recursos da astúcia e da previsão. Daí um desenvolvimento do cálculo racional e da introspecção para autodominar-se e adivinhar as intenções dos outros (Burguière, 2001, p. 105).

Por fim, a quarta e última parte – “Sinopse: por uma teoria do processo civilizador” – é um apanhado geral dos principais conceitos trabalhados pelo autor ao longo da obra e de suas principais conclusões. Não se trata de um simples resumo teórico, mas, de certa forma, é o resultado de seu empreendimento na pesquisa do processo civilizador. Para Elias, os conceitos sociológicos não devem, de forma alguma, ser meramente teóricos, mas constituem o resultado da pesquisa empírica. Ou seja, para ir a campo, ele não parte de conceitos pré-formulados, mas de algumas concepções mais gerais – como as que explicitarei adiante – para, no processo de pesquisa e análise de seu material, chegar a conclusões tais quais as que estão expressas na “Sinopse” do livro.

Entretanto, mais importante do que resumir as discussões teóricas realizadas por Elias na “Sinopse” é buscar pontuar as direções tomadas pelo processo civilizador, sendo as três principais: mudança na balança entre coerção externa e auto-coerção em favor da última; desenvolvimento de um padrão social de comportamento e sentimento que engendre a emergência de um autocontrole mais estável e diferenciado; e aumento no escopo da identificação mútua entre as pessoas (Fletcher, 1997, p. 82). O autocontrole a que Elias se refere não é mera questão quantitativa, mas supõe a análise da

[...] mudança de equilíbrio entre coerções externas e internas, e de mudança dos modos de controle. Em particular, analisa controles que se tornam “ainda mais” e “mais automáticos” e “mais completos”, assim como de um movimento no sentido “de uma atenuação dos contrastes e de um aumento das variedades”. [...] Por “ainda mais” e “mais automático”, Elias entende mudanças “psicológicas”: as oscilações das disposições individuais tornam-se menos excessivas, e os controles das expressões emocionais, mais confiáveis ou previsíveis. “Mais completo” faz referência a uma diminuição das diferenças entre as “esferas” variadas da vida, quer se trate do contraste entre o que é permitido em público e em particular, entre a maneira de comportar-se com determinadas pessoas e com outras, ou entre o comportamento “normal” e o que é tolerado em acontecimentos excepcionais como carnavais, que são considerados momentos de exceção às regras. Finalmente, a “redução dos antagonismos, o aumento das variedades” fazem referência aos antagonismos sociais – a redução das desigualdades entre grupos sociais mas, contudo, uma maior escolha nos modelos de comportamento autorizados (Mennell, 1998, pp. 245-246).

Além dos três critérios supracitados, as direções dos processos civilizadores incluem: aumento da pressão pelo desenvolvimento da previsibilidade; psicologização e racionalização; avanço no limiar de vergonha e repugnância; contração de comportamentos e contrastes emocionais e uma expansão das alternativas; e mudanças de uma perspectiva mais envolvida para uma mais distanciada”.

Fornecido o roteiro da obra, resta-nos agora buscar extrair quais são os princípios básicos da sociologia de Elias, ou seja, responder à pergunta: o que é fazer uma pesquisa seguindo a tradição eliasiana? Utilizar

um autor como base teórica não significa citá-lo ou sequer utilizar seus achados como fonte de dados – até porque se, como afirmei anteriormente, a sociologia de Elias é basicamente empírica, utilizar seus exemplos seria um erro grave já que toda a sua discussão está baseada no processo da civilização européia. O importante, a meu ver, é compreender o que caracteriza a sociologia de Elias, sua metodologia de trabalho.

Johan Goudsblom (1977 *apud* Mennell, 1998, p. 252), aluno e discípulo de Norbert Elias, resume os princípios de sua sociologia em quatro pontos: sociologia diz respeito a pessoas no plural (figurações); as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; os desenvolvimentos de longo prazo são em grande medida não planejados e não previsíveis; o desenvolvimento do saber dá-se dentro das figurações, e é um dos aspectos importantes do desenvolvimento. Vejamos cada um dos pontos.⁷

O termo configuração ou figuração⁸ foi cunhado por Elias como contraponto à noção de *homo clausus*, expressão que, em seu entender, traduzia bem o estágio das ciências sociais no final do século XIX e início do XX. A noção de *homo clausus*, que tanto incomodava Elias, pode ser entendida como a dualidade entre sujeito e objeto, entre indivíduo e sociedade e significa o entendimento do indivíduo como um ser atomizado e completamente livre e autônomo em relação ao social. Sua crítica recai principalmente sobre Parsons, mas não deixa de fazer comentários a outros sociólogos, por exemplo Weber, cujo trabalho teórico, mas não o empírico, teria como ponto de partida o indivíduo independente e auto-suficiente (Elias, 2000, p. 469). Sua visão a respeito da sociologia da primeira metade do século XX pode ser resumida:

Aparentemente, temos escolha apenas entre abordagens teóricas que apresentam o indi-

víduo como o que realmente existe, além da sociedade, o verdadeiramente “real” (sendo vista a sociedade como uma abstração, como algo que não existe efetivamente) e outros enfoques teóricos que apresentam a sociedade como um “sistema”, um “fato social *sui generis*”, uma realidade de tipo peculiar, para além dos indivíduos (*Idem*, p. 473).

O conceito de figuração, em contraposição, busca expressar a imagem do ser humano como personalidade aberta, aquele que possui algum grau de autonomia em face das outras pessoas (nunca uma autonomia completa), mas que, na realidade, é fundamentalmente orientado para as outras pessoas e dependente delas – o que liga os seres humanos é justamente a rede de interdependências. A figuração – conceito que, na visão de Elias expressa o que é chamado de “sociedade” – seria, portanto, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes (*Idem*, pp. 481-482).

A atenção que Elias dispensa à análise das inter-relações entre os indivíduos – ao contrário de autores que têm como foco o indivíduo – decorre de sua definição de sociologia. Uma definição simples de sociologia diz que é a ciência que trata dos problemas da sociedade. Mas o que é a sociedade? Para o autor, a sociedade é formada por todos nós, sendo cada um de nós um ser entre os outros; não se deve reificar o conceito de sociedade – assim como não se deve reificar o conceito de família, escola etc. A sociedade não pode ser considerada uma “coisa”, mas um grupo formado por seres humanos interdependentes.

A questão da interdependência é, portanto, central na definição de figuração, objeto da sociologia.

Quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita

ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau da sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Essa é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário – só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (Elias, 1970, pp. 78-79).⁹

O conceito de figuração tem como objetivo, exatamente, “afrouxar o constrangimento de falarmos e pensarmos como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem antagônicos e diferentes” (*Idem*, p. 141). Pode ser aplicado a grupos de tamanhos e graus de interdependência diversos. Um grupo jogando pôquer, os alunos de uma sala de aula, uma vila de pescadores ou uma metrópole são todos exemplos de configurações. No caso das configurações mais complexas, elas não são percebidas diretamente, pois as cadeias de interdependências são maiores e mais diferenciadas. Compreendê-las implica abordá-las indiretamente e proceder a uma análise dos elos de interdependência.

As ligações sociais a que Elias se refere dizem respeito não apenas às relações interpessoais, mas também às ligações emocionais, consideradas agentes unificadores de toda a sociedade. Em unidades sociais pequenas, a ligação emocional ocorre entre os indivíduos; quando consideramos unidades sociais maiores, precisamos levar em conta novas formas de ligação emocional: as pessoas unem-se a símbolos de unidades maiores, ligam-se emocionalmente umas às outras por meio de símbolos (*Idem*, pp. 150-151).

Elias, muitas vezes, utiliza imagens a fim de deixar mais claro um conceito; no caso do termo figuração, faz menção à dança, independentemente do estilo, se tango, rock ou outro (Elias, 2000, pp. 482-483). A dança, segundo ele, não pode ser pensada sem uma pluralidade de indivíduos dependentes e orientados reciprocamente uns aos outros. Além disso, não é entendida como uma construção mental e, portanto, como uma mera abstração ou algo que existe para além do indivíduo – ainda que possa ser entendida como relativamente independente daqueles que estão tomando parte de uma determinada peça, jamais é entendida como independente dos indivíduos como tais. Ao utilizar a dança para melhor definir o termo figuração, Elias tem como objetivo principal eliminar a antítese ainda presente no uso dos conceitos de *indivíduo* e *sociedade*. Um segundo objetivo é discutir a mudança – e a partir daqui aproveito para fazer a ponte com o segundo princípio levantado acima, a respeito de as figurações estarem sempre em fluxo.

Assim como mudam as figurações formadas na dança – ora se tornam mais rápidas, ora mais lentas –, as figurações maiores, às quais chamamos sociedades, também mudam, ora de forma mais repentina e efêmera, ora de forma mais gradual e possivelmente mais duradoura.

Tão importante quanto a crítica à separação conceitual entre indivíduo e sociedade

é a crítica à redução processual, ou seja, à tendência de reduzir conceitualmente processos a estados. Novamente, imagens alusivas são citadas. A frase *O rio está correndo* ilustra a discussão, exemplificando a redução conceitual: estaria implícita a idéia de que o rio existe em estado de descanso e que, em um determinado momento, começa a se mexer. Mas o que seria um rio parado que não um lago ou uma represa?

Na sociologia, a redução processual pode ser vista em distinções conceituais entre o “ator” e sua atividade, entre estruturas e processos, objetos e relações. Conceitos tais como normas, valores, papéis, classe social etc. muitas vezes parecem existir independentemente dos indivíduos, o que, para Elias, é inapropriado. A solução está em reconhecer que as relações entre as pessoas são tão reais quanto o próprio indivíduo – da mesma forma que os indivíduos, os países também passam por mudanças contínuas, que levam de um estágio a outro. Se a personalidade deve ser entendida como a continuidade de transformações que levam de um estágio a outro, analogamente poderíamos dizer, por exemplo, que o Brasil contemporâneo também pode ser entendido como tendo emergido das mudanças ocorridas ao longo de vários séculos. Não existe uma substância chamada personalidade ou sequer uma substância chamada cultura brasileira ou sociedade brasileira que persiste ao longo do tempo.

Para minimizar essas falhas, Elias afirma que não devemos nos prender a conceitos e, no caso de utilizá-los, reconhece a necessidade de uma conceituação mais dinâmica, o que poderia ser alcançado com o uso de palavras cuja noção processual esteja implícita, tais quais socialização, individualização, “cientifização” ou “cortização”.¹⁰ Os conceitos devem ser utilizados a fim de guiar a investigação, ou seja, como sensibilizadores, o que é bastante condizente com o

objetivo de trabalhar a evidência histórica no sentido de construir teorias processuais do desenvolvimento social de longo prazo. Ponto importante contido nessa afirmação é de que existe uma mudança no significado dos conceitos decorrente da própria transformação histórica – o que remete tanto ao uso de definições êmicas como à necessidade de relacionar o conceito à época a que pertence, como foi visto n’*O processo*. Se Elias fala em burguesia, por exemplo, é consciente de que esse conceito muda com o passar dos séculos.

O terceiro ponto levantado, acerca dos desenvolvimentos de longo prazo, é muito importante para o autor e, nesse tópico, possui posição central a discussão sobre o motor desse desenvolvimento, quer dizer, se são ou não processos planejados.

Elias é contra a idéia de uma sociologia focada principalmente no presente de Estados-Nações entendidos como sistemas isolados. Isso seria uma consequência de, ao longo do processo de negação das teorias evolucionárias e do conceito de progresso dos séculos XVIII e XIX, “o bebê ter sido jogado fora junto com a água do banho”.

A preocupação sociológica vital em observar e explicar os processos de longo prazo foram rejeitadas juntamente com elementos que eram etnocêntricos, teleológicos e metafísicos e, portanto, corretamente descartados. O que surgiu então foi uma história a-teórica na qual faltava qualquer idéia de estrutura e uma sociologia focada principalmente no presente de Estados-Nações vistos como sistemas isolados. [...] Elias argumenta que essa “fuga da sociologia para o presente” ocorreu em parte juntamente com a dominação de estáticos modelos americanos de teoria e pesquisa, e parte em conjunto com o aumento da participação de cientistas sociais em planejamentos do Estado (Dunning e Krieken, 1997, p. 353).

Seria incorreto tentar explicar eventos sociais simplesmente em função das ações humanas intencionais: os processos são engendrados pelo entrelaçar de ações intencionais e planos de muitas pessoas, mas nenhuma delas realmente os planejou ou desejou individualmente (Elias, 1997b, p. 360). Nas palavras do próprio autor,

[...] a interpenetração de indivíduos interdependentes forma um nível de integração na qual as formas de organização, estruturas e processos não podem ser deduzidos das características biológicas e psicológicas que constituem os indivíduos (Elias, 1970, p. 50).

Em *Introdução à sociologia* (1970), Elias utilizou modelos para argumentar que das relações entre indivíduos resulta um processo não-intencional, não planejado. Pensemos em um jogo de xadrez. Ambos os jogadores, A e B, planejam suas jogadas. Fazem-no, porém, prevendo a possível reação do outro jogador e adaptando esse planejamento a cada pedra efetivamente movida por seu parceiro de jogo. A possibilidade de o jogo sair mais ou menos como planejado por um deles repousa na desigualdade de poder entre ambos os jogadores. À medida que diminui a desigualdade de forças entre os jogadores, resultará das jogadas de ambos um processo de jogo que nenhum deles planejou (*Idem*, p. 89).

Imaginemos agora um jogo de vários jogadores, por exemplo, dois times de seis jogadores, em que ambos os lados têm aproximadamente a mesma força e seguem regras previamente estabelecidas. O decurso do jogo não pode ser controlado por nenhum jogador isoladamente; a confusão de jogadas e contra-jogadas é grande. Qualquer um dos jogadores precisa necessariamente levar em consideração tanto a resposta de seus colegas de time como do time adversário. O obser-

vador que tentasse entender o decurso do jogo a partir das intenções e jogadas individuais se perderia na confusão de jogadas. Mas, distanciando-se das posições tomadas pelos dois lados, perceberia uma ordem, uma teia ordenada. Essa teia não deve ser encarada como ação exclusiva de nenhum dos lados, mas, antes, deve ser interpretada como continuidade de um processo de interpenetração que continuará no futuro (*Idem*, p. 91).

À medida que cresce o número de jogadores individuais, o jogo parece a cada um mais opaco e incontrollável; o jogador torna-se também consciente de sua impossibilidade de compreender e controlar o jogo. A tendência é para a deterioração do funcionamento do jogo, seguida de uma pressão para sua reorganização. Uma das formas possíveis de reorganização é o “modelo de jogo em dois níveis: tipo democrático crescentemente simplificado” (*Idem*, p. 96). Nesse modelo de jogo, a força dos jogadores de nível mais baixo vai crescendo relativamente à força dos jogadores de nível mais alto. Ao diminuir as diferenças de poder entre os dois níveis, torna-se maior a dependência – e a consciência da dependência por parte dos participantes – do nível mais alto em relação ao mais baixo. O jogo torna-se cada vez mais complexo e o jogador individual fica muito mais constrangido e limitado em decorrência do número de jogos simultaneamente interdependentes que tem de jogar.

Particularmente interessante é entendermos a mudança de concepção que os jogadores têm de seu jogo. Cada vez mais, a tendência é a produção de conceitos impessoais que dominem a sua experiência de jogo. Ou seja, os jogadores tendem a não mais acreditar que o jogo toma forma a partir de jogadas individuais. Os conceitos impessoais denotam uma certa autonomia do processo do jogo, considerado algo não imediatamente

te controlável mesmo pelos próprios jogadores. É mais fácil para eles conceber o jogo como uma entidade “super-humana” do que compreender que a incapacidade individual de “controlar o jogo deriva da sua dependência mútua, das posições que ocupam como jogadores e das tensões e conflitos inerentes a essa teia que se entrelaça” (*Idem*, p. 99). Elias retoma, assim, novamente a crítica à separação entre indivíduo e sociedade: há uma mudança na forma como os jogadores percebem o decorrer do jogo, de algo que resulta de ações individuais para a existência de um decorrer independente dos jogadores, ou seja, de uma visão mais voltada para o indivíduo, e a ação individual para uma visão mais voltada para a “sociedade” como algo independente dos indivíduos que a formam.

De forma menos abstrata, a questão de que o processo histórico é, em grande medida, não planejado, é também posta por Elias em relação a *O processo civilizador*. Como explicar o fato de que, na Europa medieval, as pessoas usavam as próprias mãos para pegar a comida do prato comum em vez de utilizar garfos, facas e colheres? Como pode ser explicado o avanço no limiar do embaraço? As explicações mais óbvias seriam pobreza material, razões higiênicas e “razões de respeito” (Mennell, 1998, pp. 45-60). A primeira é claramente inaceitável, considerando que a riqueza estava presente na qualidade dos utensílios, mas não em sua quantidade – mesmo as colheres sendo feitas de ouro, cristal e coral, ainda assim as mãos eram usadas para pegar a comida. Em relação à segunda explicação, Elias mostra que a higiene avançou depois que já havia uma restrição a esse respeito em alguns grupos; quer dizer, as explicações higiênicas surgiram depois que as pessoas já haviam desenvolvido um sentimento de repugnância em relação a escarrar, assoar-se, colocar comida de volta no prato comum etc. Finalmente, o fato de que novos

padrões de comportamento estivessem surgindo por “razões de respeito” é uma dica importante para entendermos a explicação dada pelo autor a propósito da dinâmica dos processos civilizatórios.

O que é bastante característico e importante em sua explicação não é o fato de a classe mais alta ter conseguido impor padrões de controle cada vez maiores em relação aos socialmente inferiores, mas *o por quê* foi capaz de fazê-lo. A ênfase de sua teoria é dada aos processos não-planejados, principalmente o que chama de “democratização funcional”: a mudança nos costumes deve-se principalmente à correlação entre o aumento no nível de interdependência entre as pessoas, aumento no nível de consideração para com os outros e ainda um aumento no nível de identificação mútua entre as pessoas. Para fazer justiça à teoria eliasiana, é importante registrar que essas mudanças também estão relacionadas a uma rede de outras mudanças, como o balanço entre coação externa e auto-coação, a remoção de vários atos e atividades para os bastidores da vida social, a divisão cada vez maior entre esferas pública e privada. A isso adiciona-se um ponto muito importante em Elias, já comentado anteriormente, a saber, a relação entre o desenvolvimento da estrutura da personalidade e a dinâmica social:

A estabilidade peculiar do aparato de auto-controle psicológico que emerge como traço decisivo, construído no *habitus* de todo ser humano “civilizado”, mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Apenas com a formação desse tipo relativamente estável de instituições monopolizadoras é que as sociedades adquirem realmente essas características, em decorrência das quais os indivíduos que as compõem sintonizam-se, desde a

infância, com um padrão altamente regulado e diferenciado de autocontrole; apenas em combinação com tais monopólios é que esse tipo de autolimitação requer um grau mais elevado de automatismo, é que se torna, por assim dizer, “segunda natureza” (Elias, 2000, p. 369).

Ainda que o ponto fulcral do autor sejam os processos cegos ou não-planejados, os processos planejados – também chamados de ofensivas civilizatórias – não são esquecidos:

A forma contemporânea de planejamento social institucionalizado e tecnicizado é – tanto nos países mais pobres e menos desenvolvidos como nos mais ricos e mais desenvolvidos – alinhada em direção a mais desenvolvimento. Entretanto, essa forma mais consciente, ou até socialmente planejada de desenvolvimento futuro, que em algumas sociedades abarca mais e mais setores e, em muitas, todos os setores da prática social, é característico de uma fase específica do desenvolvimento não-planejado mais amplo das sociedades humanas (Elias, 1997b, p. 370).

Em poucas palavras, ainda que existam processos planejados e cegos, os primeiros são vistos como partes dos segundos; os processos cegos engendram a possibilidade de processos planejados – esses processos ou ofensivas civilizatórias são definidos como campanhas mais ou menos organizadas com o objetivo de mudar o comportamento de um grupo, geralmente no sentido de padrões mais civilizados (Spierenburg, 2001).

Para finalizar a discussão desse terceiro ponto, é importante registrar que a seqüência de transformações engendradas por esses processos – tanto planejados como não-planejados – pode ser estabelecida com base em fontes de dados empíricos, e a explicação

para essas transformações deve ser procurada na dinâmica das figurações. Ou seja, as transformações são fruto das mudanças nas interdependências sociais, no embate entre indivíduos e grupos (Dunning e Krieken, 1997).

As ações planejadas podem, inclusive, ter conseqüências inesperadas e indesejadas.

Torna-se jogo óbvio que as conseqüências não planejadas de ações humanas planejadas surgem das suas repercussões no interior de uma teia tecida pelas ações de muitos indivíduos. Ao tornar explícita essa idéia, um conceito de ação torna-se um conceito de função. Em vez de falarmos de pessoas que atuam para desenvolver as sociedades, temos que falar de um modo mais impessoal, no processo de desenvolvimento (Elias, 1970, p. 161).

Na visão de Elias, a mudança social é inevitável. O mais interessante, contudo, não é a mera constatação da inevitabilidade da evolução social, mas sua visão a respeito dos diversos estágios sociais. À medida que a evolução se processa de uma figuração A para uma figuração D, passando por B e por C, temos duas perspectivas possíveis de abordá-las. Do ponto de vista da figuração A, a figuração B é apenas uma das diferentes possibilidades de mudanças – o mesmo ocorre com a figuração C em relação a B e com a figuração D em relação a C. Entretanto, do ponto de vista da figuração D, C é geralmente uma condição necessária para sua formação, assim como B é uma relação necessária para a formação de C, e A o é para B. As relações sociogenéticas entre configurações anteriores e posteriores são, dessa forma, mais adequadamente expressas se os conceitos de “causa” e “efeito” forem evitados.

Em muitos, senão em todos os casos, as configurações formadas por pessoas interdependentes são tão plásticas que a configuração

num estágio tardio do fluxo configuracional é de fato apenas uma das muitas possíveis transformações de uma configuração anterior. Porém, à medida que uma determinada configuração se transforma noutra, dá-se o estreitamento de uma grande dispersão de possíveis transformações até surgir uma única conseqüência. Retrospectivamente, é tão plausível examinarmos a cadeia de potenciais conseqüências como descobrir a constelação particular de fatores responsáveis pela emergência desta e não doutra configuração, dentro das alternativas possíveis (*Idem*, pp. 176-177).

Por fim, a quarta e última característica da sociologia eliasiana diz respeito ao desenvolvimento do conhecimento. O principal problema a ser enfrentado por uma teoria do conhecimento é entender como os conceitos se transformam e se tornam mais adequados e apropriados à análise do processo social. A crítica do autor tanto à sociologia como à filosofia do conhecimento é de que são estáticas. Dessa forma, devem ser transformadas em análises processuais por meio do estudo do desenvolvimento dos próprios conceitos. Da mesma forma que os processos culturais estão relacionados ao processo da civilização, o conhecimento não é algo separado da sociedade – uma mudança no primeiro é também um dos aspectos de uma mudança no segundo¹¹ (Wilson, 1960-1962, p. 38).

A princípio bastante semelhantes aos conceitos de objetividade e neutralidade, desenvolvidos por Weber em *Ciência e política, duas vocações* (1993) e em “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais” (1991), Elias utiliza os conceitos de envolvimento (*involvement*) e distanciamento (*detachment*). Para Weber, a realidade, sendo múltipla e multifacetada, só pode ser estudada a partir de um recorte feito pelo pesquisador. O cientista define, portanto, um fragmento que conside-

ra relevante e significativo não só para ele como para a época e a cultura em que se insere. Mais do que isso, para Weber, “o objeto do conhecimento social não se impõe à análise, como já dado, mas é constituído nela própria, através dos procedimentos metódicos do pesquisador” (Cohn, 1991, p. 22). Dessa forma, o pesquisador acaba por atribuir uma ordem a aspectos selecionados, o que requer dele uma posição ativa; mas isso não significa imprimir “visões de mundo” aos resultados da pesquisa. Ao político é permitido tomar decisões impulsionado por interesses; ao cientista só é lícito reconstruir e analisar os fatos seguindo as exigências do método científico. A possibilidade de objetividade repousa, portanto, no método científico.

Dessa discussão de Weber, o que está mais próximo a Elias é a questão de que o objeto do conhecimento social é constituído na própria realidade; enfatiza, entretanto, que a questão não é apenas metodológica, mas é preciso compreender a relação do conhecimento e do comportamento humanos, o próprio conhecimento científico sendo uma possibilidade engendrada pelo estágio da sociedade. Assim como não há o envolvimento total, o distanciamento também não é completo. Afirma Elias que apenas os bebês e os adultos insanos têm a possibilidade de se envolverem tanto a ponto de abandonar seus sentimentos presentes ou, no outro extremo, só eles podem ficar completamente alheios ao que se passa ao seu redor (Elias, 1956, p. 226 *apud* Mennell, 1992, p. 161).

Assim como o comportamento humano oscila entre os dois extremos – envolvimento e distanciamento completos –, também é possível observar essa mesma oscilação nos diferentes grupos humanos. As reações às forças da natureza – tempestade, fogo ou doença, por exemplo – variam de indivíduo para indivíduo e de situação para situação. Contudo, nas sociedades contemporâneas,

científicas, os conceitos utilizados para falar, pensar e agir representam um alto grau de distanciamento (Mennell, 1992, p. 161). O distanciamento é uma condição necessária para o desenvolvimento da ciência,

[...] se as pessoas têm possibilidade de observar a relação dos elementos em um processo com um certo distanciamento, relativamente livres de fantasias emocionais e de uma forma realista, então elas podem formar uma representação simbólica – uma “teoria”, um “modelo” (*Idem*, p. 164).

A relação entre os conceitos de envolvimento/distanciamento e sociogênese/psicogênese é forjada n’*O processo civilizador*: um aumento nos padrões científicos de distanciamento requer um aumento similar, ao longo de várias gerações, nos padrões de auto-controle, internalizados ao longo do crescimento individual (Mennell, 1998, p. 163). Em outras palavras, a “cientificização” do conhecimento humano faz parte do mesmo movimento em direção a um maior auto-controle e capacidade de previsibilidade.

Conclusão

A sociologia de Elias é conhecida tanto por *sociologia figuracional* como por *sociologia processual*. O termo figuração, provavelmente por não ser de uso corrente, foi adotado por intelectuais que não concordavam com a teoria de Elias, chamando o grupo oponente de sociologia figuracional; o mesmo rótulo foi posteriormente adotado também por seus seguidores, que assim se referiam a si mesmos. Não é por outro motivo que o *newsletter* publicado pela Fundação Norbert Elias chama-se *Figurations*. Entretanto, com o tempo, Elias passou a mostrar simpatia pelo termo sociologia processual

em detrimento de sociologia figuracional, pois entendia que, além deste estar sendo utilizado de uma forma estática, ou seja, exatamente o oposto do que tinha em mente, uma palavra, seja ela qual for, não é suficiente para resolver problemas teóricos. Já o termo processual, por ser de uso corrente, dava menos margem à interpretação errônea do que era considerado por ele um dos princípios fundantes de sua sociologia.

De qualquer forma, ambas as denominações são adequadas já que ressaltam sua perspectiva analítica e cognitiva, ou seja, seu modo de olhar para a sociedade e interpretá-la. A figuração é uma forma de olhar para os dois pilares da sociologia, indivíduo e sociedade, de forma articulada. Como bem mostra Waizbort, “não há ‘indivíduo’, mas apenas, e precisamente, ‘indivíduo’ na sociedade; não há ‘sociedade’, mas apenas, e precisamente, ‘sociedade’ no indivíduo” (1999, p. 92). A noção de processo já está implícita: o processo de fazer-se do indivíduo *na* sociedade e da sociedade *no* indivíduo.

Essa questão abre espaço para finalizar este texto discutindo um ponto de extrema importância: a recusa de Elias à sociologia normativa. Em sua visão, a sociologia não trabalha com o “dever ser”, ao pesquisador não cabe dizer o que é melhor. Assim como não cabe desenvolver conceitos onde será encaixada a realidade estudada. Elias é, antes de tudo, empírico. A compreensão da dinâmica social e a própria teoria surgem do trabalho de investigação e não de “especulações teóricas e epistemológicas” (Heinich, 2001, p. 157). O cientista é, para Elias, um destruidor de mitos – observando os fatos, luta por substituir mitos, idéias religiosas etc., por teorias testáveis, verificáveis e susceptíveis de correção por meio da observação. Contudo, observa ele,

[...] a tarefa que a ciência tem de perseguir os mitos até a morte e de demonstrar que certas

crenças generalizadas não são baseadas nos factos nunca será totalmente realizada, pois que, tanto dentro como fora dos grupos de cientistas especializados, há sempre quem converta as teorias científicas em sistemas de crenças. Extrapolam-se as teorias e usam-se de um modo perfeitamente divorciado de uma investigação dos factos teoricamente orientada (Elias, 1970, pp. 55-56).

Na “Introdução” deste texto afirmei que a importância de Elias no campo da sociologia pode ser percebida nas citações de suas obras. De certa forma, não há nada mais

anti-eliasiano do que se apropriar de seus exemplos para discutir uma outra realidade. Elias foi, muitas vezes, acusado de ser eurocêntrico por falar sobre o processo da civilização baseando-se apenas em dados sobre a Europa. Contudo, em nenhum momento ele afirma que suas análises e conclusões são válidas para outras regiões, mas nos incentiva a estudar empiricamente nossos próprios processos. Elias não nos convida a repetir seus achados, mas a pesquisar outras figuras e processos. Apropriando-me da expressão utilizada por Goudsblom (2001), Elias nos convida a *pensar com ele* e a partir dele.

Notas

1. As datas de publicação a seguir dizem respeito às publicações brasileiras. Contudo, há publicações anteriores em português e espanhol.
2. Neste texto, darei preferência à edição inglesa revista, publicada em um único volume (Elias, 2000).
3. Para uma visão geral das resenhas publicadas à época, ver Goudsblom (1994).
4. A tradução literal do título em alemão é *O que é sociologia?*, a meu ver muito mais elucidativo. Obra infelizmente ainda não publicada no Brasil, disponível em nossa língua apenas a edição portuguesa (Elias, 1970).
5. Esse segundo significado constitui parte do conceito de ofensiva civilizatória, que deverá se analisado com propriedade mais adiante.
6. Esse ponto nos dá uma pista sobre como Elias trabalha seu material empírico: os livros, as pinturas etc., de diversas épocas históricas, são utilizados para entender os próprios valores da época e da classe que representam. Por exemplo, utiliza poemas líricos para entender as diferenças entre diversos países (Elias, 1980). Enquanto o “processo civilizador” refere-se a mudanças na estrutura da personalidade, ‘processos culturais’ referem-se a mudanças nos padrões simbólicos produzidos pelas pessoas”. Esses dois processos, afirma o autor, são inseparáveis, assim como o desenvolvimento da economia, do conhecimento etc. também devem ser relacionados ao processo civilizador.
7. Sua posição teórica é bem marcada na “Introdução” à edição de 1969 do *The civilizing process* (2000) e no livro *Introdução à sociologia* (1970). Quando escreveu *O Processo*, Elias estava mais preocupado em apresentar sua análise do que em criticar outras posições teóricas e demarcar a sua própria. Passados trinta anos, e tendo sido muito mal compreendido, veio a necessidade dessa demarcação. Se n’*O Processo* constrói empiricamente seus

conceitos, na “Introdução” à edição de 1969 e na *Introdução à sociologia* dá um *status* teórico à sua produção intelectual. Na parte que se segue deste artigo, farei várias menções a esses textos.

8. Há uma grande discussão nos grupos de sociólogos adeptos da sociologia de Norbert Elias a respeito do uso do termo configuração ou figuração. Essa questão não advém de problemas de tradução do alemão para o inglês; o próprio autor, cuja obra foi escrita em sua maior parte em inglês, utilizou ambos os termos. Em grande parte de sua obra, utiliza “configuração”, palavra escolhida com o principal objetivo de fazer face ao termo parsoniano “sistema”. Apenas mais tarde em sua carreira é que passou a questionar a palavra em si, não seu significado. O ponto que incomodava Elias é que, no latim, o prefixo *con* significa exatamente “com”, ou seja, se figuração (*figuration*) quer dizer padrão (em inglês, *pattern*), con-figuração (*configuration*) significaria *com padrão* (*with pattern*). Entretanto, como o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo *con* passou a ser visto como redundante, e ele passou a preferir o uso de *figuração* (Landini e Passiani, 2001). Pessoalmente, prefiro configuração, principalmente por ser esse um termo mais corrente na língua portuguesa – o uso de vocabulário trivial era também uma das preocupações de Elias. Entretanto, como a tendência internacional é utilizar o termo figuração, farei essa opção neste texto, com exceção, é claro, das citações, que respeitarão o texto original.
9. Ao afirmar que o comportamento das pessoas pode ser entendido apenas se o estudo se iniciar pelas configurações, Elias retoma, nesse seu livro de 1970, um ponto amplamente discutido n’*O processo civilizador*, qual seja, o da relação entre dinâmica social e estrutura da personalidade.
10. Muitas vezes, na falta de uma palavra que transmita a noção de processo, o autor utiliza neologismos, tal qual “cortização” (em inglês, língua em que escreveu grande parte de sua obra, *courtization*).
11. Ao longo deste texto, fiz vários comentários a respeito da recusa de Elias em aceitar a separação entre os conceitos de indivíduo e sociedade. Para ele, não é suficiente constatar que essa separação prevalecia em sua época, mas faz também uma leitura processual dessa questão, ou seja, usa sua sociologia do conhecimento para compreender a formação desses conceitos e sua separação. Essa análise pode ser encontrada na “Introdução” à edição de 1969 (Elias, 2000) e no *A sociedade dos indivíduos* (1994a).

Bibliografia

- BURGUIÈRE, André. (2001), “Processo de civilização e processo nacional em Norbert Elias”, in Alain Garrigou e Bernard Lacroix, *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- COHN, Gabriel. (1991), “Introdução”, in _____ (org.), *Weber*. São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 13).
- DUNNING, Eric & MENNELL, Stephen. (2003), *Norbert Elias*. Londres/New Delhi, Thousand Oaks/Sage Publications, 4 vols.

- DUNNING, Eric & MENNELL, Stephen. (1997), "Prefácio à edição inglesa", in Norbert Elias, *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DUNNING, Eric & KRIEKEN, Robert van. (1997), "Translators' introduction to Norbert Elias's: 'towards a theory of social processes'". *British Journal of Sociology*, 48 (3): 353-354.
- ELIAS, Norbert. (1970), *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- _____. (1980), *Cultural and civilising processes*. Trabalho apresentado em Amsterdam em 27/02/1980 (mimeo.).
- _____. (1990), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, vol. 1.
- _____. (1993), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, vol. 2.
- _____. (1994a), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1994b), *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1997a), *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1997b), "Towards a theory of social processes: a translation". *British Journal of Sociology*, 48 (3): 355-383.
- _____. (1998 [1956]), "Problems of involvement and detachment". *British Journal of Sociology*, 7 (3).
- _____. (2000), *The civilizing process: sociogenetic and psychogenetic investigations*. Massachusetts, Blackwell.
- _____. (2001a), *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2001b), *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert & Scotson, John L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FLETCHER, Jonathan. (1997), *Violence and civilization: an introduction to the work of Norbert Elias*. Cambridge, UK, Polity Press.
- GARRIGOU, Alain & LACROIX, Bernard. (2001), "Introdução – Norbert Elias: o trabalho de uma obra", in Alain Garrigou e Bernard Lacroix, *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- GOUDSBLOM, Johan. (1994), "The theory of the civilizing process and its discontents". Trabalho apresentado no Zesde Sociaal-Wetenschappelijke Studiedagen. Amsterdam (mimeo.).
- _____. (1998 [1977]), "Sociology in the balance". Oxford, Basil Blackwell.

- _____. (2001), "Pensar com Elias", in Alain Garrigou e Bernard Lacroix, *Norbert Elias: a política e a história*, São Paulo, Perspectiva.
- GOUDSBLOM, Johan & MENNELL, Stephen (eds.). (1998), *The Norbert Elias reader*. Oxford, UK and Malden, USA, Blackwell Publishers.
- HEINICH, Nathalie. (2001), *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru, SP, Edusc.
- LANDINI, Tatiana Savoia. (2006), *Horror, honra e direitos: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH/ USP.
- LANDINI, Tatiana Savoia & PASSIANI, Enio. (2001), *Entrevista com Stephen Mennell, Eric Dunning e Johan Goudbloom* (mimeo.).
- MENNELL, Stephen. (1992), "Momentum and history", in Joseph Melling e Jonathan Barry (eds.), *Culture in history: production, consumption and the values in historical perspective*. Exeter, UK, University of Exeter Press.
- _____. (1998), *Norbert Elias: an introduction*. Dublin, University College Dublin Press.
- ORTIZ, Renato (org). (1994), *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 39).
- SPIERENBURG, Peter. (2001), "Violence and the civilizing process: does it work?". *Crime, Histoire & Sociétés / Crime, History and Societies*, 5 (2): 87-105.
- WAIZBORT, Leopoldo. (1999), "Elias e Simmel", in Leopoldo Waizbort (org), *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- WEBER, Max. (1991), "A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais", in Gabriel Cohn (org.), *Weber*, São Paulo, Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 13).
- WEBER, Max. (1993), *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo, Cultrix.
- WILSON, Ian. (1960-1962), *Sociological theory seminar*. Notes on Elias/Cohen course (mimeo.).

- Artigo recebido em Jul/2006
- Aprovado em Ago/2006

Resumo

A Sociologia de Norbert Elias

O presente artigo objetiva discutir os princípios básicos da sociologia de Norbert Elias. Quatro princípios foram levantados e analisados: sociologia diz respeito a pessoas no plural (figurações); as figurações formadas pelas pessoas estão continuamente em fluxo; os desenvolvimentos de longo prazo são em grande medida não planejados e não previsíveis; o desenvolvimento do saber dá-se dentro das figurações, e é um dos aspectos importantes do

desenvolvimento. O texto conclui discutindo a importância do trabalho empírico na sociologia de Elias, possibilita a construção teórica de seus conceitos.

Palavras-chaves: Teoria sociológica; Norbert Elias; Sociologia figuracional; Sociologia processual.

Abstract

The Sociology of Norbert Elias

The present article aims at discussing the basic principles of the sociology of Norbert Elias. Four principles are raised and analyzed: the sociology is about people in plural (figurations); figurations formed by people are continuously flowing; long term developments are mostly unplanned and unpredictable; knowledge development takes place within figurations, and is one of the important aspects of its development. The text is concluded discussing the importance of the empirical work in the sociology of Elias, making possible a theoretical approach of his concepts.

Keywords: Sociological theory; Norbert Elias; Figurational sociology; Processual sociology.

Résumé

La Sociologie de Norbert Elias

Cet article propose une discussion sur les principes de base de la sociologie de Norbert Elias. Quatre principes ont été identifiés et analysés : la sociologie se réfère à des personnes au pluriel (figurations) ; les figurations formées par des personnes sont en flux continu ; les développements qui possèdent un long délai sont en grande mesure non planifiés et non prévisibles ; le développement du savoir se fait à l'intérieur des figurations et constitue l'un des aspects importants du développement. Le texte se conclut par la discussion de l'importance du travail empirique dans la sociologie de Elias et permet la construction théorique de ses concepts.

Mots-clés: Théorie sociologique; Norbert Elias; Sociologie figurative; Processus sociologique.